

**XXV CONGRESSO DO CONPEDI -
CURITIBA**

FILOSOFIA DO DIREITO II

FERNANDO DE BRITO ALVES

LEONEL SEVERO ROCHA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

F488

Filosofia do direito II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Fernando De Brito Alves, Leonel Severo Rocha – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-368-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Filosofia do Direito. I. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34



XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

FILOSOFIA DO DIREITO II

Apresentação

Integram esse livro os artigos apresentados no Grupo de Trabalho Filosofia do Direito II do XXV Congresso do CONPEDI, que se realizou no mês de dezembro de 2016, na cidade de Curitiba – Estado do Paraná.

Os trabalhos indicam a higidez da pesquisa em filosofia do direito no país, e são representativos da produção acadêmica nacional, visto que seus autores estão ou foram vinculados à Programas de Pós-graduação em Direito da UFPA e CESUPA – Pará, FDV – Espírito Santo, UFRJ e UERJ – Rio de Janeiro, UNIVALI – Santa Catarina, UFPR – Paraná, UFPB – Paraíba, UNISINOS – Rio Grande do Sul, ESDHC – Minas Gerais, e UNIVEM – São Paulo.

Sem a pretensão de comentar especificamente todos os textos, mas com o objetivo de apresentar este livro, organizamos algumas breves considerações.

Constatamos que alguns dos autores fundamentaram suas pesquisas na filosofia francesa contemporânea. Foucault é o principal referencial utilizado para discutir a categorização sexual do direito e problematizar questões de biopolítica. Derrida e a sua filosofia da desconstrução é uma categoria de análise importante para a compreensão crítica do fenômeno jurídico contemporâneo. A ato de benzer como patrimônio cultural imaterial pode ser descrito a partir da filosofia de Paul Ricoeur.

Outras tradições filosóficas contemporâneas também estiveram presentes nos textos, já que houve autores que trabalharam aspectos da filosofia pragmática de Richard A. Posner, o problema da discricionariedade em Herbert Hart e Ronald Dworkin. Além de questões relacionadas à moral, análise econômica do direito, entre outros. Houve quem explorasse as divergências entre Kelsen e Cossio, e não faltou referência aos clássicos na discussão sobre a moralidade em Homero.

Por fim, ressaltamos que os textos, além de apresentarem discussões filosóficas densas, sobre categorias de análise, conceitos e modelos epistêmicos, também se preocuparam com os aspectos mais concretos da nossa vida cotidiana que podem auxiliar na compreensão de fenômenos complexos como a justiça e a exclusão social. Nesse contexto foram abordadas questões envolvendo os refugiados e o “rolezinho”.

A diversidade do livro que apresentamos é indiciária da inesgotabilidade temática da pesquisa em filosofia do direito no Brasil, de modo que recomendamos a todos interessados na área, a leitura deste livro.

Coordenadores do GT Filosofia do Direito II

Prof. Dr. Leonel Severo Rocha – UNISINOS

Prof. Dr. Fernando de Brito Alves – UENP

A FACE IMATERIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM DIÁLOGO COM A FILOSOFIA DE PAUL RICOEUR

THE FACE INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE: A DIALOGUE WITH THE PHILOSOPHY OF PAUL RICOEUR

Walter Veloso Dutra ¹

Resumo

O presente artigo refere-se ao patrimônio cultural imaterial construído sob a perspectiva de tempo, narrativa e memória desenvolvida por Paul Ricoeur. A face imaterial do patrimônio cultural funda-se no exame dos bens que referenciam à ação, a memória e a identidade cultural dos povos. A análise, por recorte metodológico, é feita a partir da discussão entre o “tempo vivido” e a “narração” desse tempo, construindo a ideia do patrimônio cultural imaterial que não parte de um objeto concreto e específico, mas das referências às identidades de um grupo que se transmitem oralmente e gestualmente, se modificando pelo transcorrer do tempo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural imaterial, Tempo, Narrativa, Memória

Abstract/Resumen/Résumé

This article refers to the intangible cultural heritage built from the perspective of time, narrative and memory developed by Paul Ricoeur. The immaterial cultural heritage is based on the examination that reference to action, memory and cultural identity of people. The analysis, by methodological approach, is made from the discussion between the "lived time" and the "narrative" of that time, building the idea of intangible cultural heritage that not part of a concrete and specific object, but the references to identity a group that are transmitted orally, changing over time.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Intangible cultural heritage, Time, Narrative, Memory

¹ Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela ESDHC/BH. Especialista em Direito Público pela PUCMinas, com extensão em docência do ensino superior pela FGV. Professor universitário. Email: walterveloso.prof@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Objetiva-se, com o presente trabalho, o estudo do patrimônio cultural imaterial a partir das ideias trazidas por Paul Ricoeur. Pretende-se analisar as dimensões de tempo, narrativa e memória propostas pelo autor e o meio como se relacionam à construção do patrimônio cultural imaterial. A delimitação do tema se justifica visto que o registro do bem de natureza imaterial é o instrumento que possibilita a proteção das manifestações da memória e da tradição coletiva de um povo, rompendo-se assim com a homogeneização do patrimônio até então estabelecida e abrindo a possibilidade que as demais culturas ou grupos minoritários possam ter sua memória e seus traços identitários protegidos. Lança-se um novo olhar acerca da pluralidade de manifestações culturais, democratizando a ideia de patrimônio cultural.

Trata-se de um trabalho dogmático, isto é, teórico documental, em que são analisados a teoria de Ricoeur acerca do tempo e da narrativa baseia-se na relação entre o “tempo vivido” e a “narração” desse tempo. Para o autor, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condenação da existência temporal” (RICOEUR, 2011, p. 97).

A partir do conceito de temporalidade proposto por Ricoeur, têm-se o tempo vivido e a narrativa das experiências vivenciadas nesse tempo. Trata-se de revisitar os lugares da memória onde se encontram as lembranças do que fora vivenciado, e é mediante a narrativa que se pretende embasar o bem imaterial como patrimônio e, e a necessidade do seu do registro como forma de sua preservação.

O trabalho está estruturado em quatro tópicos. No primeiro, discorrer-se-á acerca da análise do tempo como construção da narrativa. No segundo, será examinado a narrativa como tradição capaz de atuar na criação do patrimônio cultural imaterial. E por fim, a importância da história oral e da memória na construção da identidade social capaz de valorizar e efetivar a busca pela preservação o patrimônio intangível.

2 O TEMPO COMO CONSTRUÇÃO NARRATIVA: A TRÍPLICE MÍMESIS

Pela análise de Ricoeur (2012) a ideia de narrativa como o modo pelo qual se visualiza o tempo é possível pois a narrativa é construída com o passar do tempo e as experiências

advindas do transcorrer desse tempo. Diante disso, se constrói o modelo da tríplice mimesis¹ em que se estabelece uma relação recíproca entre o tempo e a narrativa.

Entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, pode-se afirmar a existência de uma correlação além de algo puramente accidental, mas de uma necessidade transcultural. A passagem natural do tempo torna-se tempo humano a partir do momento em que é pronunciada de modo narrativo, por conseguinte, a narrativa somente atinge seu pleno significado no momento em que se torna uma condição para a existência temporal (RICOEUR, 2012, p. 93).

Como forma de desenvolver a argumentação, com base nessa hipótese de mediação entre tempo e narrativa, Ricoeur retoma a análise da problemática do tempo trazida por Santo Agostinho no livro XI das Confissões (2000) e nos conceitos de “composição da intriga” e “atividade mimética” analisados em Poética (1999) de Aristóteles. Embora tenham sido escritas em momentos e contextos culturais distintos e parecerem completamente diferentes, Ricoeur afirma que “cada uma engendra a imagem invertida da outra” (RICOEUR, 2012, p. 18).

A ideia é compreender a forma como a configuração narrativa media-se entre a configuração do tempo no campo prático e a sua construção por quem recebe o relato. A narrativa “eleva-se do fundo do opaco do viver, do sofrer e do agir, para ser dada pelo autor, a um leitor que a recebe e assim muda seu agir” (RICOEUR, 2012, p. 95). Nesse sentido, inicia-se a correlação entre o tempo e narrativa de Ricoeur e o patrimônio cultural imaterial, que, a partir da narrativa dos diferentes povos e em diferentes épocas, constrói, no tempo humano de hoje, as expressões culturais intangíveis que referenciam e identificam as comunidades e seus modos, saberes e práticas de viver.

Santo Agostinho (2000), ao analisar o tempo, questiona-o indagando “o que é o tempo?” e conclui “se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei” (AGOSTINHO, 2000, p. 322). Para o filósofo, tempo é interior e se passa na alma. É a partir desse ideal de tempo proposto por Agostinho, que Ricoeur inicia sua

¹ Pela análise etimológica da palavra mimese, chega-se a *mimoi*, que pode ser entendido como imitação, representação. Mas a mimese em Aristóteles não representa apenas uma imitação, uma cópia, “se continuarmos a traduzir mimese por imitação, deve-se entender totalmente o contrário do decalque do real preexistente e falar de imitação criadora, (...) se traduzirmos mimese por representação, não se deve entender, por esta palavra, alguma duplicação de presença, como se poderia entendê-lo na mimese platônica, mas o corte que abre o espaço de ficção” (Ricoeur, 1994 p. 76). Para Ricoeur mimese pode ser definida como “a imitação ou a representação da ação no meio da linguagem métrica” (Ricoeur, 1994 p.59). Assim, associado ao presente estudo a mimese deverá ser entendida como base de qualquer narrativa, e diante de seu entendimento buscar-se-ia entender toda a narrativa.

análise e pondera “que a especulação sobre o tempo é uma ruminção inconclusiva cuja única réplica é a atividade narrativa” (RICOEUR, 2012, p. 16).

A dificuldade de definir com exatidão o que é o tempo está no fato de estar envolto em uma aporia que é vivenciada por conhecimentos de mundo particulares. Dessa forma, o tempo só pode fazer sentido se analisado como realidade da temporalidade humana.

Para Ricoeur (2012), é o ato de narrar que permite analisar o tempo, recuperando fatos do passado, fazendo projeções do futuro e fixando-se no presente.

Em nome de que proferir o direito de o passado e o futuro serem de algum modo? Ainda uma vez, em nome do que dizemos e fazemos a propósito deles. Ora, o que dizemos e fazemos quanto a isso? *Narramos* as coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como havíamos antecipado. É pois sempre a linguagem, assim como a experiência, a ação, que esta articula, que resiste ao assalto dos cétricos. Ora, predizer é prever e narrar é “discernir pelo espírito”. (RICOEUR, 2012, p. 35, grifo próprio.)

Os problemas analisados no tempo proposto por Agostinho (2000) estão na dificuldade de se medi-lo e nas questões acerca da eternidade, que, pelas ideias de Ricoeur (2012), o tempo tão-só percebe-se explicável, palpável e plausível quando se recorre à memória, e utiliza a narrativa como modo de manutenção possibilitando sua recuperação. Narrar constitui uma permanente ação da capacidade humana tornado o tempo presente mais que um momento que logo se perderá na memória, tal fato enquadra-se no ideal de patrimônio intangível que se forma a partir das narrativas de histórias do passado, e de forma não linear constroem as tradições do presente.

Tendo o tempo como dimensão basilar do ato de narrar, esse por si só não finaliza o entendimento de Ricoeur (2012) acerca da narrativa. Para o autor, contar uma história, ou seja, narrá-la, não se compreende apenas nos acontecimentos descritos, esses somente terão seu sentido quando contraídos em uma intriga, ou ainda a partir de uma intriga. Partindo das ideias de Aristóteles (1999) sobre a composição da intriga, Ricoeur propõe que “é só na intriga que a ação tem um contorno, um limite e, conseqüentemente, uma extensão” (RICOEUR, 2012, p. 70).

Imperioso destacar que, embora o tempo figure como elemento fundamental para a construção da narrativa, ao conjugá-lo com a noção de intriga proposta por Aristóteles (1999), tem-se que, na narrativa, o tempo pode não corresponder exatamente ao do acontecimento. A partir da intriga, o tempo passa a ser daquele que o narra, que pode se valer de ações que o permitam um contorno, um limite ou mesmo uma extensão diferente daquele que de fato ocorreu, valorando questões que, no momento acontecido, tiveram pouca importância,

menosprezando fatos que, por motivos muitas vezes particulares, não devem ser narrados e rememorados.

Tal pensamento mostra-se de grande valia na construção do patrimônio cultural imaterial, que se constrói a partir das narrativas daqueles que os contam e da forma como é contado pelo passar dos anos, “ele não se compõe de formas fixas, mas de uma recriação permanente que tem a ver com um sentimento de continuidade em relação às gerações anteriores, ou seja, que ele é ao mesmo tempo dinâmico e histórico” (CUNHA, 2005, p. 15).

Por se tratar de um patrimônio vivo e dinâmico, o seu tempo é construído com base naqueles que o narram e conforme quem o narra vai se modificando e se adaptando no tempo, divergindo do patrimônio cultural material com seu caráter estático e imutável. A intangibilidade do imaterial pode se pautar da intriga remontada por Ricoeur (2012) a partir de Aristóteles, que, com o passar do tempo humano, adquire um novo contorno, novos limites e quiçá uma nova extensão temporal.

Além de tentar compreender a composição da intriga em Aristóteles, Ricoeur (2012) propõe-se a elucidar o conceito aristotélico da atividade mimética como “o processo ativo de imitar ou de representar. Portanto, deve-se entender imitação ou representação em seu sentido dinâmico de composição da representação, transposição em obras representativas” (RICOEUR, 2012, p. 59).

Assim, deve-se entender a composição da intriga como a síntese de uma narrativa pessoal capaz de tornar concreta uma história, “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (RICOEUR, 2012, p. 71). E a mimesis não deve ser entendida apenas como uma imitação, mas um assemelhar-se a algo já existente, também tornando concreta a narrativa.

Diante do entendimento firmado de composição da intriga e atividade mimética de Aristóteles, chega-se ao ideal da tríplice mimesis proposto por Ricoeur. O autor propõe três momentos da mimesis que, encadeados, constituem a relação existente entre tempo e narrativa: mimesis I, retratando o tempo prefigurado representado pelas dimensões éticas, e a composição poética do mundo social; mimesis II, como o tempo configurado e construído no campo real; e a mimesis III, que corresponde ao tempo reconfigurado, com a presença ativa do espectador e leitor diante da obra.

A partir da tríplice mimesis, Ricoeur une o tempo vivido de Agostinho e a narrativa proposta por Aristóteles ao afirmar que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2012, p. 93).

Em mimesis I, o tempo prefigurado diz respeito à composição poética e à pré-compreensão do mundo e da ação, com suas estruturas inteligíveis, seus recursos simbólicos e seu caráter temporal. Ricoeur preconiza a necessidade de o sujeito situar a linguagem no meio social e cultural no qual se encontra inserido, “ao valorizar a fala, o enunciado, o autor afirma a sua natureza social e não individual” (RICOEUR, 2012, p. 98)

A construção narrativa baseada nas estruturas inteligíveis faz-se entender que compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do “fazer” e a tradição cultural da qual a narrativa está inserida (RICOEUR, 2012, p. 99).

A mediação simbólica adentra a ideia das regras de descrição e interpretação, “se a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras e normas” (RICOEUR, 2012, p. 100). Compreender a narrativa é situá-la no conjunto das tradições, crenças e simbologias que tecem a cultura e constroem o patrimônio cultural imaterial.

O caráter temporal analisado a partir da mimesis I retoma Heidegger (2006) e seu conceito de “ser-no-tempo”², o tempo em que o homem age e as diferentes formas de narrá-lo ainda de forma não linear. A experiência narrativa do tempo se dá a partir do presente, salientando que a prática cotidiana pode ordenar diferentes tipos do presente (o presente-passado, o presente-presente e o presente-futuro).

O pensamento de Heidegger (2006) volta-se para o tempo originário e a busca pela origem do tempo “em nós próprios, na temporalidade que somos, e é por isso que Heidegger sublima que não se trata de definir o tempo como sendo isto ou aquilo, mas sim de transformar a questão: o que ‘é o tempo?’ na seguinte ‘quem é o tempo?’” (DASTUR, 1995, p. 77). Em Heidegger (2006), o homem não existe no tempo como as coisas existem na natureza, o homem é o próprio tempo.

Ricoeur (2012), a partir do pensamento heideggeriano, apresenta o sentido da mimesis I salientando que:

Imitar ou representar a ação é, em primeiro lugar, pré-compreender o que é o agir humano; sua semântica, sua simbólica, sua temporalidade. É nessa pré-compreensão, comum ao poeta e ao seu leitor, que se delineia a construção da intriga e, com ela, a mimética textual e literária. (RICOEUR, 2012, p. 112)

² Por “ser-no-tempo”, Heidegger busca mostrar e superar as questões que buscam apenas tornar as coisas como objeto realizada pela metafísica, retornando a questão para o sentido do ser. Essa superação caminha pela desconstrução do conceito de tempo, até então pautada na compreensão tradicional da realidade e, ainda, da compreensão do que seja o próprio ser humano. No lugar do tempo linear, o autor sugere a temporalidade enquanto sentido do ser do *Dasein*.

Com mimesis II, tem-se o tempo configurado e construído no campo real em que narrativas são formas privilegiadas de tomada de conhecimento do mundo que retratam alguma realidade, comportando uma relação de correspondência com aquilo de que se trata.

Possuindo função mediadora entre o mundo prático (mimesis I) e o mundo do leitor ou espectador (mimesis III), a mimesis II pauta-se em três motivos: 1) a mediação entre os acontecimentos individuais e a história considerada em sua totalidade, ou seja, a necessidade de extrair uma história sensata de uma pluralidade de acontecidos. 2) promover a composição e a mediação de elementos heterogêneos, promovendo um elo entre agentes, intenções, circunstâncias, meios e fins. 3) diz respeito aos elementos temporais, a síntese que transforma meros episódios ou acontecimentos em história, “a transformação dos acontecimentos pela intriga em uma história com princípio, meio e conclusão, criando uma totalidade temporal” (REIS, KLEINRATH, 2015, p. 153).

Ricoeur (2012) sintetiza a mimesis II afirmando que:

Acompanhar uma história é avançar em meio a contingências e peripécias sob a condução de uma expectativa que encontra sua satisfação na conclusão. Essa conclusão não está logicamente implicada por qualquer premissa anterior. Dá à história um “ponto final”, que, por sua vez, fornece o ponto de vista de onde a história pode ser percebida como formando um todo. Entender a história é entender como e por que os sucessivos episódios conduziram a essa conclusão, que, longe de ser previsível, deve ser finalmente aceitável, como sendo congruente com os episódios reunidos. (RICOEUR, 2012, p. 116-117)

Sendo assim, no imaginário social, resta a percepção que toda história narrada tem início, meio e fim, ainda que tal estrutura seja usada de forma diversa, a compreensão do tempo é apresentada para que se possa entender o elo entre os fatos iniciais e finais daquilo que se conta. Renarrar uma história é sempre acrescentar algo novo, enriquecer a tradição depositando dados capazes de compreender o fato narrado no tempo de hoje, o tempo humano. Assim, aquele que ouve a narrativa tramita entre a inovação e a sedimentação na construção da chamada tradição.

Na mimese III, “a narrativa alcança seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer” (RICOEUR, 2012, p. 123), conclui-se a trajetória da mimese e da ação narrativa que somente se efetiva na experiência da compreensão humana.

O ciclo narrativo configura-se no sentido que se dá à narrativa, não um sentido fixo, mas, sim, aquele que é construído na recepção daquilo que se é narrado. A nova configuração do mundo e da experiência daquele que recebe a narrativa é que dá sentido a esta para que se revele simbolicamente eficaz.

O ouvinte de uma tradição ancestral que marca a história de determinado povo não é apenas um receptor dessas informações, mas atua também como coautor daquilo que lhe narram, um sujeito que constrói e modifica sua experiência por se reconhecer naquela narrativa, mas também por juntar a ela interpretações e vivências do seu tempo, construindo um bem intangível com traços do passado e com as experiências do presente.

A narrativa somente é reconfigurada quando volta ao mundo do agir, essa recepção une mimeses I e II, e o mundo projetado dessa união constitui um novo horizonte, pois aquele que recebe dá sentido e referencia a partir de sua vivência e de seu tempo, constituindo a mimese III e completando o círculo hermenêutico proposto por Ricoeur.

Oliveira (2011) conclui, “o tempo é uma construção social que integra várias memórias dissociadas que passam a girar em uma esfera contextualizada em função de um elemento comum: o tempo” (OLIVEIRA, 2011, p. 21). Nesse sentido, o tempo se integra à narrativa e à tradição como fundamento do patrimônio cultural imaterial.

3 A NARRATIVA COMO TRADIÇÃO NA AÇÃO CRIADORA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Estar inserido em dada realidade não é algo que acontece pela simples constituição da natureza, o homem não entra em contato com o social sem a sua participação na sua constituição. Ao se inserir na realidade que o cerca, o homem imprime sentido e intenções às coisas e aprende por sua consciência o sentido de pertencimento ao mundo. Dessa forma, “embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer que o homem constrói sua própria natureza, ou, mais simplesmente, que o homem se produz a si mesmo” (BERGER; LUCKMAN, 1994, p. 72).

Inserido na realidade construída a partir dos seus sentidos e intenções, aquele que narra uma história guarda consigo uma dimensão criativa que o insere no tempo humano e o reconhece como parte da coletividade que o ouve e o interpreta. Narrar consiste na rememoração do passado e na organização dos acontecimentos que constroem os sentidos do presente, criando assim uma história, um argumento de interação entre os sujeitos.

A partir da narrativa, é possível atribuir sentidos a um lugar, ofício, saber e modo de fazer, desvelando a partir daquele que narra a memória coletiva de um povo. A construção de um patrimônio a partir de um bem intangível surge daqueles que narram suas interpretações do tempo vivido, construindo versões de suas histórias que justifiquem o reconhecimento e o pertencimento dessa tradição no presente.

Para Ricoeur (2012), a tradição pode ser compreendida como um reservatório de informações sempre renovado. Ao narrar tais informações, o sujeito busca dar sentido à sua existência e à coletividade na qual se vê inserido, compondo as camadas de saberes e refigurando de maneira nem sempre linear aquilo a ser seguido no imaginário de quem ouve.

A refiguração do passado no mundo vivido faz circular os conhecimentos e os sentidos da narrativa e aquele que a recebe agrega sua experiência pessoal, atribuindo novas possibilidades àquela tradição. Narrar novamente uma história é enriquecer a tradição com fatos novos do tempo e o patrimônio imaterial funda-se nesse jogo de inovação e sedimentação.

Ricoeur (2007) salienta que “as recordações são, por assim dizer, narrativas e que as narrativas são necessariamente seletivas” (RICOEUR, 2007, p. 455). Narrar uma história não é necessariamente revivê-la, é uma operação cognitiva que busca a continuidade da tradição e a busca pela inovação. A análise do tempo histórico fundamenta-se na sucessão de gerações e aqueles do tempo presente buscam sempre resgatar dos antecessores traços de sua permanência, estabelecendo entre as diferentes gerações diálogo, influências e afinidades que transpassam o tempo.

A construção de uma tradição a partir da narrativa busca o reconhecimento do passado, libertando os homens do aprisionamento daquilo que foi vivido e possibilitando-o experimentar a vivência de seu tempo (LE GOFF, 1992, p. 79). A busca de reconhecimento no passado vai além da ameaça do esquecimento, a preservação das lembranças atua na busca identitária dos povos e na possibilidade de se referenciar e se reconhecer pertencente a determinado grupo.

O homem é um ser histórico e “a narrativa, o tempo humano e a tradição se desenvolvem na história” (REIS E KLEINRATH 2015, p. 155). Diante da história, o bem cultural imaterial assegura uma tradição e conseqüentemente a forma como vem evoluindo no presente, não compreendendo apenas uma época específica, mas todo o seu desenvolvimento, exercendo o seu caráter efêmero e transitório.

A atuação do tempo a partir das narrativas que constroem o bem cultural de natureza intangível baseia-se nas constantes transformações que este bem vai sofrendo, e a sua relação temporal só possui sentido no presente, assim, a proteção que se vislumbra hoje é o que permite às próximas gerações desfrutarem ou não dessas tradições.

As narrativas propostas pelas diferentes gerações e que constroem o patrimônio cultural imaterial é que possibilita a construção da identidade e sentimento de pertencimento do homem em seu meio ambiente cultural, pois

[...] o sentido de ser (alguém) precisa apoiar-se em referências específicas dos que vieram antes, seja pela memória, seja pelos ritos, muitas vezes, aceitando, outras vezes recusando o legado dos antepassados. De qualquer forma, mesmo a recusa da herança cultural já significa reconhecê-la como constitutiva dos sujeitos, ao demarcar autoritariamente de onde se pode aproximar ou se afastar. (CASTRO, 2006, p. 261)

Ricoeur (2007), baseando-se no pensamento do Arendt, afirma que a narrativa junta-se à memória para construir a identidade do indivíduo, visto que a narrativa é quem define o sujeito da ação e esse é quem seleciona o que será lembrado e o que será esquecido na construção e permanência de uma tradição.

A construção cultural a partir da narrativa dos indivíduos pauta-se na “intenção verbal do texto”, diferenciando-se dos significados de narrativas isoladas e individuais, aquelas podem ser chamadas de “discurso”, vez que são construções que vão além de frases soltas, carregam uma rede de símbolos e a intenção de perpetuar algo que vem sendo construído no tempo, portanto, refletem o sentimento de pertencimento daqueles que hoje narram e prosseguem com determinada cultura (RICOEUR, 2002, p. 185).

A compreensão das narrativas é realizada a partir das intenções verbais daqueles que as narram e das “mediações simbólicas da ação”, pois “se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras e normas: está, desde sempre simbolicamente mediatizada” (RICOEUR, 2012, T1, p. 101).

Ricoeur remonta a noção de símbolo preconizada por Cassirer (1994) que assim conceitua:

Não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece. (CASSIRER, 1994, p. 47)

A compreensão dos símbolos na construção das narrativas formam as relações sociais e, nesse aspecto, a análise visa ir além dos elementos puramente materiais e visíveis de uma cultura, as aproximações de tais elementos simbólicos mostram-se perceptíveis nos bens de natureza imaterial que fundamentam os modos de saber, fazer e criar.

A teoria ricoeuriana, ao tratar dos elementos simbólicos, justifica a sua correlação com o bem cultural imaterial vez que “una filosofía de las formas simbólicas tiene por tarea

arbitrar las pretensiones a lo absoluto de cada una de las funciones simbólicas y las múltiples antinomias del concepto de cultura que resultan de ellas”³ (RICOEUR, 1990, p. 13).

Reinterpretar o passado no presente é uma forma de preservação da memória e um dos sentidos da tradição, que não é apenas um conjunto de dados do passado, “não é um intervalo morto, mas sim uma transmissão geradora de sentido” (RICOEUR, 2012, p. 392). Assim, a transmissão de tais sentidos, símbolos e narrativas são construções que formam uma tradição, bem como é o homem e seu tempo.

O patrimônio cultural imaterial é a junção das narrativas dotadas de símbolos e sentidos construídos com e pelo homem na rememoração do tempo passado, mas, afirmado no tempo presente, é “o elo de ligação entre o passado e o presente, elo que liga os fatos cotidianos ou excepcionais à memória, à ação e à identidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira” (SOARES, 2009, p. 99).

As narrativas na construção das tradições se dão no presente, referindo-se ao passado como patrimônio, mas atuando na edificação do hoje, como um patrimônio vivo, cíclico e efêmero.

4 MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL: A HISTÓRIA ORAL COMO ORGANISMO DO BEM INTANGÍVEL

Percorrido o pensamento de Ricoeur acerca do tempo, narrativa e tradição, passa-se agora à análise do autor acerca da memória como forma de fundamentar o patrimônio cultural imaterial.

Ao iniciar o estudo da memória em Ricoeur (2007), tem-se que a memória não é um dado natural, trata-se de uma escolha, uma seleção de fatos determinados buscados nos lugares de memória. Construídas socialmente, as lembranças passam a fazer sentido no momento em que estão inseridas em um contexto afetivo e social, dando sentido a determinado fato que a comunidade lhe atribuiu.

A busca pela memória é uma experiência em conjunto, construída em um contexto social com as adaptações necessárias para que se insira no pensamento de determinada coletividade. Ao selecionar os fatos que devem ser memorados, busca-se uma coerência histórica e biográfica, e nesse sentido, a memória é um “mecanismo de seleção, descarte e eliminação. Não é possível entender a memória sem entendê-la, também, e talvez mais ainda,

³ “uma filosofia das formas simbólicas tem por tarefa reconhecer o absoluto de cada uma das funções simbólicas e as múltiplas antinomias do conceito de cultura que decorrem desta” (tradução nossa).

como mecanismo de eliminação: a memória é um mecanismo de esquecimento programado” (MENEZES, 2007, p. 23).

Ricoeur (2007) salienta que a memória é do passado, mas é no presente que ganha novos significados, o exercício de rememorar os vestígios deixados no passado é que dá sentido à coletividade e o sentimento de pertencimento buscado no presente. Assim, “a memória é o presente do passado, o que é dito do tempo e de sua relação com a interioridade pode facilmente ser estendido à memória” (RICOEUR, 2007, p. 111).

O pensamento de Halbwachs (2006) também corrobora com a ideia apresentada por Ricoeur, para o autor, “a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada” (HALBWACHS, 2006, p. 91). Nesse sentido, para ambos os autores a memória está intimamente ligada ao tempo, mas não necessariamente há um tempo cronológico.

O indivíduo acessa a memória como fator de vinculação e pertencimento a determinado grupo e sua tradição, criando o sentimento de pertencimento coletivo e permitindo-lhe dar um sentido pessoal a partir do contexto coletivo que se vê inserido. A função de memória é avigorar esses sentimentos de pertencimento, visto que

[...] a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também seus pontos irreduzíveis. A memória coletiva é uma forma de se obter adesão não pela coerção, mas pelo afeto, pelo sentimento de pertencimento identitário. (POLLACK, 1989, p. 9)

O patrimônio cultural imaterial baseia-se nesse sentimento de pertencimento, protegendo as diversas expressões da memória e viabilizando a transmissão dos saberes e lembranças selecionados pela memória. A construção do bem cultural imaterial a partir da memória é fruto da natural seleção de acontecimentos que identificam determinado grupo, possibilitando a coesão dos indivíduos pelo sentimento de pertencimento.

A proteção que se busca do bem cultural imaterial não alude à imutabilidade dessas memórias, mas diante da previsão de transformação desses bens pelas diferentes narrativas que vão sendo construídas na passagem do tempo, que a proteção recaia sobre a experiência em si, sobre o modo de fazer e criar esses bens, preservando acima de tudo sua autenticidade.

Ricoeur salienta que “para se lembrar, precisa-se dos outros” (RICOEUR, 2007, p. 130) e, nesse sentido, a história oral é construída em torno das pessoas, trazendo as narrativas e histórias para dentro do grupo e extraindo-as das histórias do grupo. As referências culturais

que formam uma tradição e, conseqüentemente um patrimônio cultural imaterial, são formadas por memórias individuais e coletivas construídas em conjunto na formação da identidade cultural de uma sociedade. Nesse sentido, é possível estabelecer que

(...) é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitantecidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história. (LE GOFF, 1997, p. 138)

A partir da concepção de que a vida se realiza pelas construções da memória social e coletiva, o acesso aos lugares de memória é que dá suporte à história que acontece no presente. É por meio da memória que o passado não apenas vem à tona no presente, mas também se mistura às percepções imediatas, deslocando-as e ocupando o espaço da consciência (BOSI, 2004, p. 74).

As representações simbólicas do passado buscam reconstruir os acontecimentos, entretanto podem e são manipulados por aqueles que os narram no presente, conforme seus entendimentos e aspirações. Essa manipulação da memória na busca pelos lugares que são convenientes a serem rememorados “vem afirmar que esses nada mais são do que as expressões de uma sociedade preocupada com sua transformação e renovação, valorizando mais o novo que o antigo, mais o futuro que o passado” (NORA, 1993, p. 13).

Os lugares de memória, assim como o patrimônio cultural imaterial, mostram-se como uma idealização do grupo social que seleciona o que deve ser lembrado e, a partir das narrativas, constrói seus traços identitários e seus ideais de pertencimento.

Ao propor a patrimonialização de um bem imaterial, busca-se desafiar os grupos e detentores destes saberes a criarem e desempenharem funções e ações estratégicas, afetivas e sociais que possibilitem a manutenção, promoção ou até extinção da tradição construída por memórias.

A lembrança de experiências passadas constrói a memória fazendo-se presente naquilo que é vivenciado e até mesmo no que se imagina. Um indivíduo, isoladamente, possivelmente não será capaz de lembrar todos os detalhes de um mesmo ato vivenciado, porém, esse indivíduo, quando inserido em seu grupo, poderá construir, com a colaboração de todos, as referências daquilo que deve ser referenciado para o grupo.

Nas palavras de Le Goff (1992, p. 540), “há que tomar a palavra como documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem ou de qualquer outra maneira”. A importância do acesso aos lugares de memória, seja como lembranças, como sentimento de pertencimento, como experiência do tempo ou simplesmente a rememoração de algo que ficou no passado, proporciona os subsídios que impulsionam o registro oficial de um saber como patrimônio cultural imaterial.

Assim, conforme aponta Delgado (2006):

História, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre de lembranças de família, de músicas e filmes do passado, de tradições, de histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades. Pois, como afirma Paul Ricoeur: uma vez que entendemos por tradições as coisas ditas no passado e transmitidas até nós por uma cadeia de interpretações, é preciso acrescentar uma dialética material dos conteúdos à dialética formal da distância temporal; o passado nos interroga e questiona antes que interroguemos e o questionemos. (DELGADO, 2006, p. 17)

O indivíduo, bem como o grupo ao qual pertence, é sempre atravessado por uma história bem maior que aquela em que está inserido, ao propor a análise da filosofia de Paul Ricoeur na construção do patrimônio cultural imaterial, busca-se, por meio das perspectivas até aqui expostas de tempo, narrativa, tradição e memória, justificar a constituição do bem cultural imaterial. A construção temporal dos saberes, associado às narrativas daqueles que os detêm visando sua afirmação no tempo presente, justifica a releitura de Ricoeur a partir do ideal de patrimônio cultural imaterial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se neste artigo o patrimônio cultural imaterial a partir da releitura dos conceitos de tempo, narrativa e memória de Paul Ricoeur e a importância deste como forma de referenciar as diferentes culturas que formam a sociedade brasileira.

A existência e a necessidade de proteção do patrimônio cultural imaterial se relacionam diretamente com esses três conceitos. O tempo proposto por Ricoeur se constrói a partir das narrativas da experiência humana, que se modificam e se adaptam com o transcorrer dos anos e com as diferentes gerações.

O tempo, enquanto construção social é baseado na narrativa daqueles que o contam, formado pelas memórias trazidas pelos diferentes grupos sociais que o compõem. A partir da

narrativa, torna-se possível a atribuição de valores e sentidos a um determinado lugar, um ofício e um saber que referenciam e dá sentido a determinada população. A construção do patrimônio cultural imaterial se dá a partir dessas narrativas, da rememoração de traços do passado, de tradições vividas que são interpretadas por meio da oralidade, se moldando e se adaptando com o viver no tempo presente.

O patrimônio cultural imaterial se relaciona diretamente com as questões de busca dos lugares de memória para a construção de manifestações culturais que solidificam o sentimento de pertencimento dos indivíduos no presente. A tradição e a memória figuram-se como construção social e o Estado, ao implementar os ideais de patrimônio intangível, utiliza-se dessa construção a fim de gerar coesão social e reconhecimento de determinada coletividade como parte integrante de sua nação.

O convívio com os vestígios do passado possibilitam ao homem um sentimento de segurança e conforto identitário, permitindo a inserção deste em um contexto que ampara e justifica os costumes e as ações de hoje. No momento em que esse contexto denota de uma construção do passado que possibilita a continuação de tradições e manifestações culturais vivas de seu povo, é possível vislumbrar o sentimento de orgulho por manter viva parte de sua história e o modo de viver de seus semelhantes.

Os saberes tradicionais se enquadram na esfera de sentimentos de permanência que trazem ao homem moderno a sensação de orgulho pelas construções do passado. A dinâmica da cultura torna possível pensar a história, o patrimônio e, conseqüentemente, o bem imaterial como um processo de construção de saberes ao longo do tempo, um processo de simbolismo, de sentidos, de representações da realidade e da oralidade que se perpetua e transforma através das gerações, numa herança histórica viva, dinâmica e não estática.

Por se tratar de um instituto jurídico ainda recente e pouco analisado na esfera jurídica, muitos questionamentos ainda vêm sendo feitos acerca de sua aplicabilidade e a forma como o Estado pode atuar em sua proteção, certo é que a ideia de um conceito mais abrangente de patrimônio cultural faz-se necessária, pensando o patrimônio cultural não é apenas a soma de bens culturais (materiais e imateriais), mas a atribuição de valor a bens e/ou práticas culturais que se formam a partir dos diversos e diferentes valores interligados de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

- BERGER, Peter L; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CASSIRER, Ernst. **A filosofia do iluminismo**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1994.
- CASSIRER, Ernst. Ensaio Sobre o Homem. **Uma Introdução a uma Filosofia da Cultura** São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. Admirável mundo novo: a cadeia das gerações e as transformações do contemporâneo. In: COLINVAUX, Dominique; LEITE, Luci Braks; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Psicologia do desenvolvimento: reflexões e práticas atuais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Patrimônio Imaterial e a Biodiversidade** nº 32. Brasília: IPHAN, 2005.
- DASTUR, Françoise. **Heidegger e a questão do tempo**. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.
- DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2ª ed. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992.
- LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, I. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: SESC SP, 2007.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História**. PUC-SP, nº 10, dezembro/1993.
- OLIVEIRA, David Barbosa de. **Tempo, memória e direito: um estudo jurídico, político e filosófico sobre o patrimônio cultural imaterial**. 2011. (Dissertação de Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1989.

REIS, Emilién Vilas Boas; KLEINRATH, Stella de Moura. A cidade, o patrimônio cultural e a gestão urbana. *In: REIS, Emilién Vilas Boas et al (Orgs.). Direitos Fundamentais aplicados à cidade.* Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Trad. Alain François. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Freud: uma interpretação de la cultura.** Trad. Armando Suárez. Espanha: Siglo Veintiuno de España Editores, 1990.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**, Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar. São Paulo: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**, Tomo II. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** Trad. Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões.** Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina, São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.